

Projecto de Resolução n.º 242/XIV/1ª

Recomenda ao Governo que assegure uma participação determinante do Estado no capital social dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Os Correios de Portugal fazem parte da história do nosso país e, mesmo num contexto de digitalização da economia, continuam a ser um elemento fundamental na vida dos portugueses. Esta importância dos correios e o seu serviço de excelência foram reconhecidos em 2000 pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, que atribuiu aos CTT o estatuto de membro honorário da ordem de mérito.

Apesar desta importância crucial, em 2014 verificou-se a privatização total dos CTT. A privatização da empresa decorreu do contexto excepcional imposto ao país por via do memorando de entendimento com a Troika, negociado por PS, PSD e CDS-PP, que, no entanto, não impedia que houvesse uma participação do Estado no capital social da empresa. De resto, a privatização total dos CTT era desnecessária não só pelo facto de as receitas obtidas terem dado um contributo insignificante para a redução da dívida pública mas, também e principalmente, por estar em causa uma empresa rentável e os 5,5 mil milhões de euros exigidos pela Troika já terem sido alcançados através de outras privatizações.

Este modelo, incomum na União Europeia, tem tido resultados negativos em Portugal. Apesar de os resultados da auditoria ao funcionamento do serviço postal universal requerida em 2017 à Inspeção-geral de Finanças não serem ainda conhecidos pela Assembleia da República, existem hoje já alguns dados que são indiciários da degradação do serviço prestado pelos CTT.

A título de exemplo, refiram-se alguns dados de 2019. Em Maio de 2019, a Autoridade Nacional de Comunicações reduziu os preços dos CTT por incumprimento dos indicadores de qualidade de serviço no ano de 2018, sublinhando que foi o terceiro ano consecutivo em que houve falhas nas metas de qualidade de serviço por parte da empresa¹. Em Agosto de 2019, um estudo² da DECO demonstrou que os clientes dos CTT esperam, em média, 18 minutos para serem atendidos ao balcão e que o tempo de espera é o aspecto no âmbito dos serviços prestados pelos CTT que causa mais insatisfação. Por fim, refira-se ainda que no final de Novembro de 2019 a Associação Nacional de Municípios Portugueses³ alertou que nos últimos anos foram extintas estações de correios em cerca de 50 concelhos do país.

Estes problemas nos CTT e no serviço postal universal são, em grande medida, justificados por uma opção dos gestores privados que têm procurado maximizar o seu lucro por via da venda património imobiliário, da diminuição do n.º de trabalhadores, da secundarização dos serviços de distribuição postal (devido à aposta no Banco CTT e na vertente comercial dos CTT) e o isolamento das populações do interior do país.

Estes dados demonstram, também, que a privatização total dos CTT falhou. Por isso mesmo, em nome do interesse público, da qualidade do serviço postal universal e da garantia dos direitos dos cidadãos é urgente que o Governo clarifique o quanto antes a sua posição quanto ao modelo de concessão do serviço postal universal a implementar a partir de 2021, assegurando uma solução que garanta a sustentabilidade financeira e evite custos demasiado elevados para o país.

¹ Dados disponíveis na seguinte ligação:

<https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1471770>.

² Síntese dos dados disponíveis na seguinte ligação: <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/orcamento-familiar/noticias/atrasos-nos-ctt-sao-a-principal-queixa-dos-consumidores/em-media-18-minutos-de-espera-ao-balcao>.

³ Dados referidos na seguinte ligação: <https://rr.sapo.pt/2019/11/28/pais/ctt-municipios-querem-estado-a-intervir-diretamente-nos-correios-se-servico-nao-for-corrigido/noticia/173372/>.



Com o presente projecto de resolução o PAN, com o intuito de conseguir uma gestão que assegure a qualidade do serviço e a salvaguarda do interesse público e do interesse dos cidadãos, pretende que o Governo assegure um modelo que, mantendo a actual estrutura dos CTT, garanta uma participação determinante do Estado no seu capital social.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PAN, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que, no âmbito do processo de análise e escolha do modelo de concessão do serviço postal universal a implementar a partir de 2021, assegure uma participação determinante do Estado no capital social dos CTT – Correios de Portugal, S.A., de modo a garantir uma gestão que assegure a qualidade do serviço e a salvaguarda do interesse dos cidadãos.

Palácio de São Bento, 11 de Fevereiro de 2019.

As Deputadas e o Deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Cristina Rodrigues

Inês de Sousa Real